

Demonstrações Financeiras

Águas de Reúso de Vitória S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeira	
Balço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8



**Shape the future
with confidence**

Iguatemi Business
Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 900 - Torre 2
Vila do Golfe
14027-250 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Tel: +55 16 3797-5403
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Águas de Reúso de Vitória S.A.
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Reúso de Vitória S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho da sua operação e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F

Marcos Roberto Sponchiado
Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC SP-175536/O

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
<u>CIRCULANTE</u>				<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	3.306	Arrendamento mercantil	12	-	33
Aplicações financeiras	6	46.167	1.748	Empréstimos e financiamentos	10	96.666	-
Impostos a recuperar		715	10	Instrumentos financeiros derivativos	11	7.685	-
Outros créditos		275	539	Fornecedores		17.460	65
Total do ativo circulante		<u>47.162</u>	<u>5.603</u>	Obrigações sociais		85	28
				Obrigações fiscais		306	2
				Dividendos a pagar	13	382	-
				Partes relacionadas	13	158	1.351
				Total do passivo circulante		<u>122.742</u>	<u>1.479</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Empréstimos e financiamentos	10	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	-	104	Arrendamento mercantil	12	-	20
Outros créditos		465	-	Total do passivo não circulante		<u>-</u>	<u>20</u>
		<u>465</u>	<u>104</u>				
Ativo de contrato	7	100.120	1.100	Total do passivo		<u>122.742</u>	<u>1.499</u>
Imobilizado	8	61	130				
Intangível	9	162	57	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	14		
		<u>100.343</u>	<u>1.287</u>	Capital social		24.000	5.700
Total do ativo não circulante		<u>100.808</u>	<u>1.391</u>	Reserva legal		81	-
				Reserva de lucros		1.147	-
				Prejuízos acumulados		-	(205)
				Total do patrimônio líquido		<u>25.228</u>	<u>5.495</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>147.970</u>	<u>6.994</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>147.970</u>	<u>6.994</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e período de 22 de abril de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	Período de 22/04/2024 à 31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA	15	49.548	1.159
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(49.548)	(1.159)
LUCRO BRUTO		-	-
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	16	(935)	(421)
		(935)	(421)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(935)	(421)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	3.712	113
Despesas financeiras	17	(53)	(1)
		3.659	112
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		2.724	(309)
<u>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</u>			
Correntes	18.1	(805)	-
Diferidos	18.2	(104)	104
		(909)	104
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		1.815	(205)
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído - R\$	19	0,076	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e período de 22 de abril de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	Período de 22/04/2024 à 31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.815	(205)
Total do resultado abrangente do período	1.815	(205)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 22 de abril de 2024 - data da constituição		-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	14	24.000	(18.300)	-	-	-	5.700
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(205)	(205)
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025		24.000	(18.300)	-	-	(205)	5.495
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.815	1.815
Integralização de capital	14	-	18.300	-	-	-	18.300
Dividendos mínimos obrigatórios	14.4	-	-	-	-	(382)	(382)
Transferencia para a reserva legal	14.2	-	-	81	-	(81)	-
Transferencia para a reserva de lucros	14.3	-	-	-	1.147	(1.147)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		24.000	-	81	1.147	-	25.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e período de 22 de abril de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	Período de 22/04/2024 à 31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos		2.724	(309)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciação de imobilizado	8	16	17
Amortização de intangível	9	25	2
		<u>2.765</u>	<u>(290)</u>
Variação nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(705)	(10)
Outros créditos		(201)	(539)
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		17.395	65
Obrigações sociais		57	28
Obrigações fiscais		(501)	2
Partes relacionadas	13	(1.193)	1.351
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>17.617</u>	<u>607</u>
Pagamento de swap		(5.172)	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(2.127)	-
Caixa oriundo das atividades operacionais		<u>10.318</u>	<u>607</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras	6	(39.755)	(1.748)
Aquisição de ativo de contrato	7	(91.035)	(1.100)
Aquisição de ativo imobilizado	8	-	(80)
Aquisição de ativo intangível	9	(130)	(59)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(130.920)</u>	<u>(2.987)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital	14	18.300	5.700
Captações de empréstimos e financiamentos	10	100.000	-
Custos incorridos na captação de empréstimos	7	(999)	-
Pagamento de arrendamento mercantil	12	-	(14)
Caixa oriundo das atividades de financiamento		<u>117.301</u>	<u>5.686</u>
		<u>(3.301)</u>	<u>3.306</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.306	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5	3.306
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(3.301)</u>	<u>3.306</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Águas de Reúso de Vitória S.A. (“Companhia”) foi constituída em 22 de abril de 2024, tendo por objeto social específico e exclusivo o cumprimento do Contrato de Subconcessão da Prestação dos Serviços Públicos de Tratamento de Efluentes Sanitários da Bacia de Camburi e de Fornecimento de Água não potável na modalidade de Reúso para Utilização Industrial, mediante projeto, construção e manutenção de Estação de Produção de Água de Reúso - EPAR, Estação Elevatória de Reversão, Linhas de Recalque e Destinação Final de Efluentes Salinos, em local disponibilizado pela Companhia Espírito Santense de Saneamento CESAN (“CESAN”).

A Companhia assinou o contrato com a CESAN em 11 de junho de 2024. A vigência do contrato, incluído o prazo para construção da Estação de Tratamento, é de 30 (trinta) anos a partir da data de eficácia do contrato. O contrato poderá ter seu prazo de vigência prorrogado apenas como forma de recomposição de seu equilíbrio econômico-financeiro, sendo o período máximo de prorrogação limitado à data do termo final do Contrato vigente, salvo se houver autorização por parte do titular dos serviços, observada a legislação em vigor no momento da prorrogação e sem prejuízo do disposto no artigo 18 da Lei Federal nº 11.445/07.

O valor estimado do contrato é de R\$250.570.689,00 (duzentos e cinquenta milhões e quinhentos e setenta mil e seiscentos e oitenta e nove reais), correspondente ao Valor Presente Líquido - VPL estimado das receitas brutas da Subconcessionária durante a vigência da concessão ou o equivalente a uma soma simples em termos nominais de R\$1.683.744.600,00 (um bilhão e seiscentos e oitenta e três milhões e setecentos e quarenta e quatro mil e seiscentos reais).

Integram a Subconcessão os bens necessários à prestação do serviço objeto deste Contrato entregues pela CESAN a serem projetados, construídos, adquiridos e afetados aos serviços pela Subconcessionária, observadas as diretrizes deste Contrato e seus anexos, conforme inventário a ser elaborado e mantido atualizado, pela Subconcessionária, bem como aqueles projetados, construídos, adquiridos, ampliados e/ou implantados pela Subconcessionária para a execução da Subconcessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se atualmente em fase pré-operacional, ainda sem o início de suas atividades operacionais. Durante esse período, as receitas reconhecidas referem-se exclusivamente aos investimentos realizados na concessão, em conformidade com o disposto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Orientação, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 25 de março de 2025.

2.2. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.3. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Mensuração do valor justo--Continuação

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia são considerados de nível 2.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, ativo de contrato e outros créditos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem as aplicações financeiras.

c) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros--Continuação

c) *Desreconhecimento*--Continuação

- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.
- Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.
- O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia).

d) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.1. Ativos financeiros--Continuação

d) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.2. Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.2. Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem arrendamento mercantil, contas a pagar de fornecedores e contas a pagar de partes relacionadas.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

2.4.2. Passivos financeiros--Continuação

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.3. Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

2.6. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas com bancos de primeira linha, mantidas para investimentos.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.7. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativos fixos são os seguintes:

<u>Classe de ativos imobilizado</u>	<u>Vida útil</u>
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Benfeitorias	20 a 30 anos
Equipamentos de informática	5 a 10 anos
Direito de uso de arrendamento	5 a 20 anos

O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.7. Imobilizado--Continuação

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas e despesas, líquidas”, na demonstração do resultado.

2.8. Intangível

Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização.

Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativos intangíveis com vida útil definida são os seguintes:

Classe de ativos imobilizado	Vida útil
Software	5 a 10 anos

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.8. Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar de esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

2.9. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Arrendamento Mercantil.

A Companhia avalia uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.9. Arrendamentos--Continuação

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem os pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantia de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de reincidir o arrendamento.

2.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil.

2.11. Distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.13. Tributos

Lucro real

A Companhia é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.13. Tributos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - diferidos--Continuação

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.14. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e vendas de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações financeiras, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.14. Receitas--Continuação

Os direitos a faturar representam receitas incorridas, cujo fornecimento de água de reúso foi efetuado, entretanto o faturamento ocorrerá no mês subsequente. Os direitos a faturar são reconhecidos em contrapartida aos valores a faturar em contas a receber.

Os tipos de receitas da Companhia estão descritos abaixo:

Receitas de comercialização de água de reúso

As receitas de comercialização compreendem o valor justo da venda de águas de reúso no curso normal das atividades da Companhia e são reconhecidas à medida que os fornecimentos de água de reúso são efetuados.

Receitas de construção

As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a prática contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Companhia entende que a subconcessão de água de reúso não prevê lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

2.15. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, fundo restrito e debêntures privadas.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2025

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2025--Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais.

As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais--Continuação

2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11--Continuação

- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não rerepresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.1. Julgamentos--Continuação

Análise dos contratos de arrendamento

A Companhia analisa os contratos de aluguel para identificar se eles se enquadram nos critérios de arrendamento definidos pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Nessa análise, a Companhia utiliza seu julgamento para verificar a periodicidade de cada contrato, juntamente com as opções de renovação e rescisão. A Administração da Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetar a sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

3.2. Estimativas

As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.2. Estimativas--Continuação

Tributos diferidos

O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos. O diferido ativo é sobre as diferenças temporárias de depreciação e amortização de arrendamento mercantil. O diferido passivo é sobre diferenças temporárias de RTT e encargos financeiros.

O julgamento significativo da Administração, em relação ao ativo fiscal diferido, é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O passivo fiscal diferido é mensurado pela alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. A Companhia espera amortizar o valor contábil do passivo fiscal diferido até o encerramento do contrato de concessão.

4. Gestão de riscos

4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ativo de contrato e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se à contas a pagar de fornecedores e contas a pagar de partes relacionadas.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Companhia afirma que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. A Companhia não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração da Companhia estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos--Continuação

4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros--Continuação

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Companhia é o risco de taxa de juros e risco de câmbio.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

a) *Risco de taxa de juros*

Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos--Continuação

4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros--Continuação

Risco de mercado--Continuação

a) *Risco de taxa de juros--Continuação*

Sensibilidade à taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventos possíveis na taxa de juros sobre as aplicações financeiras:

<u>Indicadores</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário II (- 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>	<u>Cenário III (- 50%)</u>
CDI		14,26% (*)	17,83%	10,70%	21,39%	7,13%
Aplicações financeiras	46.167	52.751	54.397	51.105	56.043	49.459
CDI + 1%		15,26% (*)	19,08%	11,45%	22,89%	7,63%
Empréstimos e financiamentos	96.666	53.213	54.974	51.451	56.735	49.690

(*) Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI acumulado em 31 de dezembro de 2025)

b) *Risco de câmbio*

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia) e a captações de recursos financeiros. A Companhia gerencia seu risco de câmbio garantindo que o fluxo de caixa dessas transações seja previsto até a liquidação do valor a pagar ou a receber, expresso em moeda estrangeira.

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrado no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em R\$ mil):

	31/12/2025		
	Ptax	R\$	U\$D
Empréstimos e financiamentos	5,5024	96.666	17.568
Instrumentos derivativos		7.685	1.397
Exposição líquida		104.351	18.965

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos--Continuação

4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros--Continuação

Risco de mercado--Continuação

b) *Risco de câmbio*--Continuação

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 10, o valor principal do empréstimo contraído totaliza US\$ 17.307. Para fins de gerenciamento de risco cambial, foi contratado swap cambial com valor notional de US\$ 17.307, que representa exclusivamente a base de cálculo do instrumento derivativo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pela Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, a Companhia possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Companhia. O objetivo da Companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio das debêntures privadas e contratos de arrendamento.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos--Continuação

4.2. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Ativos financeiros pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.306
Ativo de contrato	100.120	1.100
Outros créditos	740	539
	<u>100.865</u>	<u>4.945</u>
<u>Ativos financeiros por meio do resultado</u>		
Aplicações financeiras	46.167	1.748
	<u>46.167</u>	<u>1.748</u>
Total do ativo financeiro	<u>147.032</u>	<u>6.693</u>
<u>Passivos financeiros pelo custo amortizado</u>		
Arrendamento mercantil	-	(53)
Empréstimos e financiamentos	(96.666)	-
Contas a pagar de fornecedores	(17.460)	(65)
Dividendos a pagar	(382)	-
Contas a pagar de partes relacionadas	(158)	(1.351)
	<u>(114.666)</u>	<u>(1.469)</u>
<u>Passivos financeiros por meio do resultado</u>		
Instrumentos financeiros derivativos	(7.685)	-
	<u>(7.685)</u>	<u>-</u>
Total do passivo financeiro	<u>(122.351)</u>	<u>(1.469)</u>
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u>24.681</u>	<u>5.224</u>

4.3. Gestão de capital

O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos--Continuação

4.3. Gestão de capital--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Empréstimos e financiamentos	96.666	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.685	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5)	(3.306)
(-) Aplicações financeiras	<u>(46.167)</u>	<u>(1.748)</u>
Dívida líquida	58.179	(5.054)
Patrimônio líquido	<u>25.228</u>	<u>5.495</u>
Total do capital	83.407	441
Índice de alavancagem (%)	<u>69,75%</u>	<u>(1146,03%)</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos	<u>5</u>	<u>3.306</u>
	<u>5</u>	<u>3.306</u>

6. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicações financeiras	<u>46.167</u>	<u>1.748</u>
	<u>46.167</u>	<u>1.748</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação entre 94,00% e 100,25% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativo de contrato

O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, o ativo de contrato será classificado como intangível.

A movimentação do ativo de contrato é como segue:

	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 22 de abril de 2024	-	-	-
Adições (i)	1.100	-	1.100
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.100	-	1.100
Adições (i)	41.435	49.600	91.035
Adições de juros capitalizados (ii)	7.985	-	7.985
Saldo em 31 de dezembro de 2025	50.520	49.600	100.120

(i) Em 31 de dezembro de 2025, as adições correspondem às obras de construção da Estação de Produção de Água Tratada - EPAR.

(ii) Em 04 de abril de 2025, a Companhia contratou um empréstimo no valor de R\$ 100.000 destinado ao investimento na construção da Estação de Produção de Água Tratada - EPAR. Os encargos financeiros estão sendo capitalizados conforme o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos. Em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados 100% dos juros no montante de R\$ 7.985 em encargos financeiros. A composição dos juros capitalizados é como segue:

	<u>31/12/2025</u>
Juros dos empréstimos incorridos no período	4.664
Varição cambial dos empréstimos	(5.871)
Receita financeira incorridas no período	(4.664)
Swap cambial	12.857
Despesas incorridas para captação do empréstimo	999
	<u>7.985</u>

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

Custo	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025	Custo	22/04/2024	Adições	Baixas	31/12/2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4	-	-	4	Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	4	-	4
Móveis e utensílios	38	-	-	38	Móveis e utensílios	-	38	-	38
Equipamentos de informática	25	-	-	25	Equipamentos de informática	-	25	-	25
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13	-	-	13	Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	13	-	13
Direito de uso de arrendamento (i)	67	-	(67)	-	Direito de uso de arrendamento (i)	-	67	-	67
	147	-	(67)	80		-	147	-	147
Depreciação	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025	Depreciação	22/04/2024	Adições	Baixas	31/12/2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	(1)	-	(1)	Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	(1)	(4)	-	(5)	Móveis e utensílios	-	(1)	-	(1)
Equipamentos de informática	(1)	(5)	-	(6)	Equipamentos de informática	-	(1)	-	(1)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1)	(6)	-	(7)	Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	(1)	-	(1)
Direito de uso de arrendamento (i)	(14)	-	14	-	Direito de uso de arrendamento (i)	-	(14)	-	(14)
	(17)	(16)	14	(19)		-	(17)	-	(17)
Saldo líquido			31/12/2025	31/12/2024	Saldo líquido			31/12/2024	22/04/2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos			3	4	Máquinas, aparelhos e equipamentos			4	-
Móveis e utensílios			33	37	Móveis e utensílios			37	-
Equipamentos de informática			19	24	Equipamentos de informática			24	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros			6	12	Benfeitorias em imóveis de terceiros			12	-
Direito de uso de arrendamento (i)			-	53	Direito de uso de arrendamento (i)			53	-
			61	130				130	-

- (i) Em 5 de abril de 2024, a Companhia assinou o contrato de locação de imóvel comercial junto à Guilherme Dias & Associados Consultoria e Participações Ltda., o que explica as adições de arrendamento mercantil no período. Os detalhes sobre os pagamentos e prazos da obrigação estão descritos na nota explicativa nº 10. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os valores constantes em arrendamento mercantil foram baixados, adicionalmente, as baixas no direito de uso de arrendamento, no valor de R\$53 não impactam a movimentação da demonstração do fluxo de caixa, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

Custo	31/12/2024	Adições	31/12/2025	Custo	22/04/2024	Adições	31/12/2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	13	13	Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	-	-
Móveis e utensílios	-	22	22	Móveis e utensílios	-	-	-
Equipamentos de informática	-	95	95	Equipamentos de informática	-	-	-
Software	59	-	59	Software	-	59	59
	<u>59</u>	<u>130</u>	<u>189</u>		<u>-</u>	<u>59</u>	<u>59</u>
Amortização	31/12/2024	Adições	31/12/2025	Amortização	22/04/2024	Adições	31/12/2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	(1)	(1)	Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	-	-
Móveis e utensílios	-	(1)	(1)	Móveis e utensílios	-	-	-
Equipamentos de informática	-	(11)	(11)	Equipamentos de informática	-	-	-
Software	(2)	(12)	(14)	Software	-	(2)	(2)
	<u>(2)</u>	<u>(25)</u>	<u>(27)</u>		<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>
Saldo líquido		31/12/2025	31/12/2024	Saldo líquido		31/12/2024	22/04/2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos		12	-	Máquinas, aparelhos e equipamentos		-	-
Móveis e utensílios		21	-	Móveis e utensílios		-	-
Equipamentos de informática		84	-	Equipamentos de informática		-	-
Software		45	57	Software		57	-
		<u>162</u>	<u>57</u>			<u>57</u>	<u>-</u>

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

<u>Modalidade e encargos financeiros anuais</u>	<u>Taxa efetiva de juros anual</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2025</u>
Banco Santander (Brasil) S.A.	5,32% LIN 360 U\$D	05/10/2026	96.666
			<u>96.666</u>
Passivo circulante			96.666
Passivo não circulante			-
			<u>96.666</u>

Em 04 de abril de 2025, a Companhia contratou operação de crédito externo junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de US\$17.307, equivalente a R\$100.000 na data da liberação dos recursos. O vencimento da operação está previsto para 05 de outubro de 2026.

A operação está vinculada a um contrato de derivativo de swap cambial, com o objetivo de mitigar os efeitos da variação cambial, convertendo a obrigação originalmente em dólar, com custo de 5,32% a.a., para uma obrigação em reais, remunerada a CDI acrescido de 1,00% ao ano.

A totalidade dos recursos captados será utilizada para o financiamento da construção da Estação de Produção de Água de Reúso - EPAR, localizada em Vitória/ES.

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos, os encargos financeiros incorridos estão sendo capitalizados como parte do custo do ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2025, os juros incorridos foram totalmente apropriados, líquidos das receitas financeiras auferidas, as quais também estão sendo integralmente apropriadas ao ativo EPAR.

Cláusulas contratuais e outras informações

O contrato de crédito externo firmado por meio da Cédula de Crédito Bancário nº 455540, emitida em 04 de abril de 2025, contempla cláusulas restritivas e garantias específicas, aplicáveis desde o início da vigência da operação, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações financeiras assumidas pela Companhia.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

A Companhia constituiu cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios vinculados à operação de derivativo de swap no valor de R\$100.000, como condição de desembolso da operação. Esses direitos estão descritos no Anexo I da Cédula e compreendem receitas e créditos vinculados à estrutura da operação.

Fianças

Foram prestadas fianças pelas empresas GS Inima Industrial S/A (90%) e Tubonews Construção e Montagem Ltda. (10%), de forma solidária, irrevogável e irretratável, abrangendo o valor total devido. As fianças permanecem válidas até a liquidação integral da operação.

O contrato prevê cláusulas relacionadas à manutenção das garantias e à capacidade de pagamento da Companhia e dos fiadores. O descumprimento de tais condições poderá ensejar o vencimento antecipado da dívida, conforme previsto nas cláusulas de inadimplemento contratual. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu todas as obrigações estabelecidas em contrato.

A Companhia avaliou as cláusulas contratuais e considerando as avaliações para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025, conclui que reunirá condições necessárias para cumprimento cláusulas contratuais restritivas nessa data futura.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	<u>31/12/2025</u>
Saldo inicial	-
Captação de novos empréstimos e financiamentos	100.000
Juros incorridos no período	4.664
Amortização juros	(2.127)
Variação cambial	(5.871)
	<u>96.666</u>

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Instrumentos financeiros derivativos

	<u>31/12/2025</u>
Swap cambial	<u>7.685</u>
	<u><u>7.685</u></u>

Em 4 de abril de 2025, a Companhia contratou uma operação de derivativo financeiro do tipo swap cambial, com o objetivo de mitigar o risco de variação cambial sobre o empréstimo em moeda estrangeira. O swap converte a obrigação originalmente em dólar para uma obrigação em reais, remunerada a CDI acrescido de 1,00% a.a. O derivativo é mensurado ao valor justo, com variações reconhecidas no resultado, conforme disposto no Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025, a cotação do dólar é de R\$5,5024, valor inferior à taxa de referência considerada na contratação da operação (R\$5,778). Como consequência da valorização do real frente ao dólar, a Companhia apurou um ajuste negativo da operação de swap cambial, refletindo uma perda financeira no período. Os valores incorridos no período de Swap cambial foram todos apropriados ao ativo qualificável. O valor de referência do contrato ("notional amount") é de US\$ 17.307.

A movimentação dos instrumentos financeiros é como segue:

	<u>31/12/2025</u>
Saldo inicial	-
Despesa de swap cambial	12.857
Pagamento de swap	<u>(5.172)</u>
	<u><u>7.685</u></u>

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Arrendamento mercantil

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contratos de arrendamento	-	53
	<u>-</u>	<u>53</u>
Passivo circulante	-	33
Passivo não circulante	-	20
	<u>-</u>	<u>53</u>

Em 5 de abril de 2024, a Controladora GS Inima Industrial assinou o contrato de locação de imóvel comercial junto à Guilherme Dias & Associados Consultoria e Participações Ltda. Em 17 de junho de 2024 a Controladora cedeu o contrato de locação de imóvel para a Companhia. O valor mensal da locação é de R\$3 mil e o índice de reajuste anual está atrelado à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Após análises realizadas pela Administração, concluiu-se que os valores anteriormente classificados como arrendamento mercantil referem-se, na verdade, a aluguéis de imóveis utilizados como base para a construção da EPAR.

A movimentação dos arrendamentos é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	53	-
Novos arrendamentos	-	67
Ajuste a valor presente (AVP)	-	(14)
Baixa de arrendamento	(53)	-
	<u>-</u>	<u>53</u>

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas

	31/12/2025		
	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Custos/despesas operacionais
GS Inima Soluções em Saneamento Ltda.	156	-	-
GS Inima Brasil Ltda.	2	-	(551)
GS Inima Industrial S.A.	-	344	-
Tubonews Construcao e Montagem Ltda.	-	38	-
	158	382	(551)

	31/12/2024		
	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Custos/despesas operacionais
GS Inima Industrial S.A.	1.351	-	-
	1.351	-	-

O valor a pagar que a Companhia possui com sua controladora GS Inima Industrial S.A. corresponde à nota de débito referente à dispêndios pré e pós BID da conquista do contrato de subconcessão, os quais foram totalmente pagos em 06 de janeiro de 2025.

Os saldos de contas a pagar à GS Inima Soluções em Saneamento Ltda. estão relacionados aos contratos de prestação de serviços de execução, supervisão e gerenciamento de obras. Já os valores devidos à GS Inima Brasil correspondem às notas de débito referentes aos custos alocados pelo centro de serviços compartilhados conforme condições firmadas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2025, não houve pagamento de remuneração aos administradores da Companhia. Estes também não obtiveram nem concederam empréstimos à Companhia e não possuem benefícios indiretos significativos .

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (o mesmo saldo em 31 de dezembro de 2024), o capital social da Companhia é de R\$24.000, está representado por 24.000 ações ordinárias nominativas, assim distribuído:

	31/12/2025		
	Capital social	Quantidade de ações	% de participação
GS Inima Industrial S.A. ("GS Industrial")	21.600	21.600	90
Tubonews Construção e Montagem Ltda. ("Tubonews")	2.400	2.400	10
	24.000	24.000	100

Em 22 de abril de 2024, por meio da Ata de Assembleia Geral de Constituição, as acionistas GS Industrial e Tubonews aportaram R\$9 mil e R\$1 mil, respectivamente, na presente data e em moeda corrente nacional. Sucessivamente, em 24 de maio de 2024, quando da assinatura do Contrato de Subconcessão, as acionistas GS Industrial e Tubonews aportaram R\$2.151 e R\$239, respectivamente. Em 20 de dezembro de 2024 foram integralizados pela GS Industrial e Tubonews o montante de R\$2.970 e R\$330, respectivamente. Em 10 de fevereiro de 2025 o capital social foi totalmente integralizado, totalizando o montante de R\$24.000.

14.2. Reserva legal

A reserva legal será constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando houver, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital social acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R\$ 81.

14.3. Reserva de lucros e lucros acumulados

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou Extraordinária (AGE).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia transferiu o saldo total da conta de lucros acumulados, no montante de R\$ 1.147 para a conta de reserva de lucros.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido--Continuação

14.4. Dividendos

O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Companhias por Ações.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios nos montantes de R\$ 382.

15. Receitas

	31/12/2025	Período de 22/04/2024 à 31/12/2024
<u>Receita bruta</u>		
Serviços de construção	49.548	1.159
Receita líquida	49.548	1.159

As receitas dos serviços de construção são reconhecidas com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se às melhorias no prédio administrativo e a construção da Estação de Produção de Água de Reúso - EPAR, no município de Vitória/ES. A Administração da Companhia entende que a subconcessão de água de reúso não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custos e despesas por natureza

	31/12/2025	Período de 22/04/2024 à 31/12/2024
<u>Custo dos serviços prestados</u>		
Serviços de construção (i)	(49.548)	(1.159)
	<u>(49.548)</u>	<u>(1.159)</u>

- (i) Os custos dos serviços de construção são reconhecidos com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se às melhorias no prédio administrativo e da construção da Estação de Produção de Água de Reúso - EPAR, no município de Vitória/ES. A Administração da Companhia entende que a subconcessão de água de reúso não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

	31/12/2025	Período de 22/04/2024 à 31/12/2024
<u>Despesas gerais e administrativas</u>		
Materiais	(16)	(2)
Serviços de terceiros	(76)	(285)
Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados)	(551)	-
Publicidade e propaganda	(20)	(3)
Aluguéis	(2)	-
Doações	(15)	(2)
Depreciação	(16)	(17)
Amortização	(25)	(2)
Eventos	-	(63)
Seguros	(41)	(40)
Outras despesas operacionais	(173)	(7)
	<u>(935)</u>	<u>(421)</u>
Total das despesas por natureza	<u>(935)</u>	<u>(421)</u>

Os serviços de terceiros correspondem, substancialmente, aos gastos com consultorias e assessorias jurídicas, decorrente da constituição da Companhia.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

	31/12/2025	Período de 22/04/2024 à 31/12/2024
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.711	113
Variação monetária e cambial ativa	1	-
	<u>3.712</u>	<u>113</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre títulos pagos	(10)	-
Outras despesas financeiras	(43)	(1)
	<u>(53)</u>	<u>(1)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>3.659</u>	<u>112</u>

Em 04 de maio de 2025, a Companhia contratou um empréstimo no valor de R\$100.000, destinado ao investimento na construção da Estação de Produção de Água de Reúso - EPAR. Os encargos financeiros estão sendo capitalizados conforme o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos. Em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R\$7.985 em encargos financeiros, líquidos das receitas financeiras auferidas. Toda a receita financeira gerada está sendo apropriada ao ativo qualificável EPAR.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	Período de 22/04/2024 à 31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.724	(309)
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa calculada com IRPJ e CSLL à alíquota vigente	(926)	105
Ajustes para alíquota efetiva:		
Diferenças permanentes	17	(1)
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	(909)	104
Correntes	(805)	-
Diferidos	(104)	104
	(909)	104
Alíquota efetiva	33%	34%

18.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Balço patrimonial		Demonstração do resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	104	(104)	104
Despesa (receita) de tributos			(104)	104
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	-	104		

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos está composta conforme:

	31/12/2025	31/12/2024
	Ativo	Ativo
Saldo em 1º de janeiro	104	-
Reconhecimento na demonstração do resultado	(104)	104
	-	104

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Lucro (prejuízo) por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do período e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	1.815	(205)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	<u>24.000</u>	<u>16.000</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação	<u>0,076</u>	<u>(0,013)</u>

20. Demonstrações dos fluxos de caixa

A seguir demonstramos as transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Juros capitalizados de empréstimos para o ativo de contrato (i)	7.985	-
Dividendos propostos e não pagos	382	-
Aquisições de arrendamento mercantil	-	67
Baixa de arrendamento mercantil	<u>(53)</u>	<u>-</u>
	<u>8.314</u>	<u>67</u>

(i) Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos, os encargos financeiros incorridos no período estão sendo capitalizados como parte do custo do ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R\$7.985, aos quais não tiveram impacto no caixa da Companhia.

Águas de Reúso de Vitória S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Cobertura de seguros

A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou danos dos bens que integram o contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: risco de construção, projetista, maquinário e equipamento de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como seguem:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de contrato	28.260
Responsabilidade civil	20.000
Riscos de engenharia	282.604

22. Eventos subsequentes

A Companhia não identificou eventos subsequentes às demonstrações financeiras que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações.